



## Senado pode votar fim do foro privilegiado nesta semana

Conclusão da análise da proposta de emenda à Constituição depende agora apenas de votação em segundo turno pelo Plenário

**P**roposta de emenda à Constituição que já foi aprovada em primeiro turno prevê a extinção do foro por prerrogativa de função, ou foro privilegiado, para quase todos os cargos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário das esferas federal, estadual e municipal. Apenas os presidentes da República, do Senado, da Câmara dos Deputados e do Supremo Tribunal Federal mantêm a prerrogativa.

Como se trata de proposta de mudança na Constituição, o texto poderá ser votado pelo Plenário, mesmo com a pauta de votações trancada por três medidas provisórias. **3**



Roque de Sá/Agência Senado — 17/5/2017

Proposta de emenda à Constituição precisa de 49 votos favoráveis para ser aprovada pelo Plenário. Depois seguirá para a análise da Câmara dos Deputados

## Senadores vão buscar recursos para pavimentar rodovia entre MT e RO

Gabinete do senador Valdir Raupp



Em Mato Grosso, Raupp e Wellington (2º e 3º à esq.) disseram que asfaltamento permitirá escoar a produção agrícola

A pavimentação de trecho da BR-174 entre Mato Grosso e Rondônia vai ajudar a desenvolver a região e a escoar a produção agrícola pela Hidrovia do Rio Madeira, disseram senadores e representantes de órgãos de infraestrutura e transportes em debate da Comissão de Infraestrutura, em Juína (MT), na sexta-feira.

Valdir Raupp e Wellington Fagundes comprometeram-se a lutar pela alocação de recursos no Orçamento da União para as obras na rodovia. **4**

## CPI da Previdência fará audiência hoje para ouvir especialistas

A CPI da Previdência marcou para a tarde de hoje uma audiência pública com especialistas no tema, incluindo representantes do Tribunal de Contas da União e do Ipea e professores universitários. Logo em seguida, a comissão parlamentar de inquérito deverá votar requerimentos, como o que pede audiência pública com os cinco clubes de futebol que mais devem ao sistema previdenciário. **2**

### Comissão debate carência de peritos médicos do INSS

### Senadores farão discussão sobre livre comércio

### Casa recebe MP que adapta limite de parque a linha férrea

### Plenário analisa nova taxa para Zona Franca de Manaus

2

## Eunício garante empenho do Congresso para fortalecer municípios

Com municípios mais eficientes, o Brasil torna-se mais forte para enfrentar desafios, afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira, durante a 20ª Marcha dos Prefeitos, na quarta-feira, em Brasília.

Eunício disse que o Congresso trabalha arduamente para atender as necessidades dos municípios, como a ampliação da capacidade financeira deles. Ele informou que há 67 proposições em tramitação que modificam o pacto federativo em favor dos municípios. **4**



Marcos Brandão/Agência Senado — 17/5/2017

Eunício participa da 20ª Marcha dos Prefeitos, na quarta: presidente do Senado defendeu maior equilíbrio federativo



# Senadores ouvem hoje especialistas em Previdência

Participam do debate representantes do TCU e do Ipea, entre outros. Comissão de inquérito também decidirá se organizará audiência com os clubes de futebol que mais devem ao sistema previdenciário

A CPI DA Previdência fará hoje, às 14h30, uma audiência pública para ouvir economistas e especialistas na área sobre denúncias de fraude no setor.

Foram convidados o secretário de Controle Externo da Previdência no Tribunal de Contas da União (TCU), Fábio Granja; o presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ernesto Lozardo; o economista Eduardo Fagnani, professor na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp); o estatístico Kaizô Beltrão, professor na Fundação Getúlio Vargas; e o administrador Luciano Fazio, especialista em Previdência Social.



O relator da comissão de inquérito, Hélio José, e o presidente, Paulo Paim

A comissão de inquérito também deve votar hoje dois requerimentos, apresentados por Dário Berger (PMDB-SC), para que sejam convidados a prestar esclarecimentos aos senadores representantes dos cinco clubes de futebol que mais devem à Previdência

e das cinco maiores massas falidas na mesma situação. O senador baseia seus pedidos em relatórios recentes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## Comissão discute perícia e benefício previdenciário

A carência de peritos médicos e a revisão dos benefícios previdenciários serão debatidas hoje na Comissão de Direitos Humanos (CDH), às 9h.

Paulo Paim (PT-RS) propôs a audiência devido às negativas de revisão em perícias do INSS, que têm feito com que as pessoas tenham que

entrar na Justiça.

Foram convidados para o debate a conselheira Josiane Soares Santos, do Conselho Federal de Serviço Social; Flávia Rebecca Fernandes Rocha, representante da Frente de Luta dos Assistentes Sociais Excedentes; o diretor-presidente da Associação Nacional dos

Médicos Peritos da Previdência Social, Francisco Eduardo Cardoso Alves; e a procuradora regional dos Direitos do Cidadão da Procuradoria da República no DF Eliana Pires Rocha, entre outros.

Veja abaixo como acompanhar a audiência e participar dela

## Audiência debate protecionismo e livre comércio entre países

O protecionismo e o livre comércio entre os países serão temas de debate hoje na Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 18h.

A audiência vai tratar, entre outros assuntos, da crise de 2008, da recuperação das economias americana e europeia e do aumento da desigualdade com a globalização.

Também devem ser abordados o protecionismo americano e europeu e suas consequências para as exportações do Brasil.

Foram convidados para o debate o ex-ministro e ex-

-embaixador Marcílio Marques Moreira, o professor Carlos Roberto Pio da Costa Filho, da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e o pesquisador Samuel de Abreu Pessoa, da Fundação Getúlio Vargas.

A audiência pública faz parte do ciclo de debates "O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?", realizado quinzenalmente pela comissão.

Veja ao lado como acompanhar a audiência e participar dela

## Chegam ao Senado MPs sobre parque no Pará e Zona Franca de Manaus

Chegaram ao Senado duas medidas provisórias aprovadas na semana passada pela Câmara: uma altera parques no Pará (MP 756/2016) e a outra trata da criação de taxas para a Zona Franca de Manaus (MP 757/2016).

A MP 756 altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo e da Floresta Nacional do Jamanxim e cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim. A MP 757 institui a Taxa de Controle de Incentivos Fiscais e a Taxa de Serviços.

As duas MPs perdem a vigência no dia 29.

## MP que muda parque para obra de ferrovia é lida em Plenário

Chegou ao Senado o projeto de lei de conversão que altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim para adequá-lo à passagem da estrada de ferro EF-170. O PLV 17/2017 foi aprovado pela Câmara, proveniente da MP 758/2016.

Chamada Ferrogrão, a ferrovia, que é paralela à BR-

163, vai ligar o Centro-Oeste ao norte do Pará. Para a obra, serão excluídos 852 hectares do parque que integrarão a faixa de domínio.

A medida precisa ser votada no Senado até o dia 29, quando perde eficácia. Na Câmara, o texto foi criticado por fragilizar a proteção ambiental.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



SEGUNDA

- CDH Perícia médica**  
9h Audiência sobre perícia médica e revisão dos benefícios previdenciários.
- CMA e CMMC Colóquio**  
9h Colóquio judicial sobre Constituição, ambiente e direitos humanos.
- PLENÁRIO Pronunciamentos**  
14h Sessão não deliberativa.
- CPI DA PREVIDÊNCIA Debate**  
14h30 Audiência pública.
- CRE Comércio internacional**  
18h Debate sobre protecionismo e o livre comércio.

TERÇA

- CAE Reforma trabalhista**  
8h30 Audiência sobre a reforma trabalhista. Na sequência, votação de 11 projetos, como o PLS 354/2014, que facilita renegociação de dívidas rurais.
- CDH Mudança da CLT**  
9h Audiência sobre a reforma trabalhista, com a participação de auditores fiscais, procuradores e juizes do Trabalho e sindicalistas.
- CI Fornecimento de gás**  
9h Audiência sobre fornecimento de gás para as térmicas do Amazonas, com a participação do ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho.
- CMA e CMMC Colóquio**  
9h Colóquio judicial sobre Constituição, ambiente e direitos humanos
- CE Empréstimos estudantis**  
11h30 Votação de 11 projetos, como o PLS 581/2007, que prevê o uso do FGTS para pagar cursos e quitar empréstimos estudantis.

QUARTA

- CCT Banda larga**  
8h30 Audiência sobre a política nacional de banda larga, com representantes do Ministério das Comunicações, da Anatel, dos consumidores e das empresas telefônicas.
- CDR Mapa do Turismo**  
8h30 Na pauta com 8 itens, projetos sobre o Mapa do Turismo Brasileiro e isenção de impostos para serviços públicos em municípios pobres.
- CAS Regulamentação**  
9h Entre os 15 itens em debate, projeto que regulamenta a profissão de agente de turismo.
- CCJ Medicamentos e escolas**  
10h Pauta com 41 itens, entre elas a PEC que isenta remédios de impostos e o projeto que autoriza dedução no imposto de renda de doações para escolas.
- CMA Cobiaias**  
12h Debate sobre o uso de animais em testes na indústria de cosméticos.
- CRA Transgênicos**  
14h O projeto que desobriga indicação de ingrediente transgênico em alimentos é um dos dez itens em pauta. Outro projeto institui a Política Nacional de Incentivo à Produção de Cacau de Qualidade.
- CONGRESSO Análise de vetos**  
19h30 Sessão conjunta para apreciação de 17 vetos e do projeto que cria comissão mista para consolidar a legislação federal.
- CAS Valorização da vida**  
9h Audiência para instruir a elaboração de projeto sobre a Semana Nacional de Valorização à Vida, para prevenção ao suicídio.

### SESSÃO ON-LINE

- Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>
- Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### AUDIÊNCIAS INTERATIVAS

- Participe:** <http://bit.ly/audienciainterativa>
- **Alô Senado:** 0800 612211
- **Acompanhe:** Portal e-Cidadania: [senado.leg.br/cidadania](http://senado.leg.br/cidadania)
- **Facebook:** [senadofederal](https://www.facebook.com/senadofederal) • **Twitter:** [@agencia\\_senado](https://twitter.com/agencia_senado)
- **TV:** [senado.leg.br/TV](http://senado.leg.br/TV)

#### MESA DO SENADO FEDERAL

- Presidente:** Eunício Oliveira
- Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima
- Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza
- Primeiro-secretário:** José Pimentel
- Segundo-secretário:** Gladson Cameli
- Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares
- Quarto-secretário:** Zeze Perrella
- Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

#### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Diretora:** Angela Brandão
- Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli
- Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

#### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

- Diretor:** Flávio Faria
- Coordenador-geral:** Silvio Burle
- Serviço de Arte:** Bruno Bazílio
- Coordenador de Edição:** Mikhail Lopes
- Coordenação de Cobertura:** Paola Lima
- Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção
- Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin, Tatiana Beltrão e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Edição e Publicações (Segraf)



# Senado pode votar PEC do foro nesta semana

Mesmo com a pauta travada por três medidas provisórias, a votação pelo Plenário é possível, já que propostas de emenda à Constituição não estão sujeitas a trancamento

**PODE SER VOTADA** nesta semana, em segundo turno, a proposta de emenda à Constituição que acaba com o foro especial por prerrogativa de função, mais conhecido como foro privilegiado. Embora a pauta do Plenário esteja travada por três medidas provisórias, o que impede a votação de projetos de lei ordinária, as PECs não se sujeitam a esse trancamento.

Aprovada em primeiro turno no fim de abril, a PEC 10/2013, de Alvaro Dias (PV-PR), extingue o foro privilegiado para todas as autoridades brasileiras nas infrações penais comuns. Fica mantido o foro privilegiado apenas para os chefes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário da União.

Isso significa que o texto acaba com o foro especial para ministros de Estado, governadores, prefeitos, presidentes de câmaras municipais e de assembleias legislativas, presidentes de tribunais superiores e de Justiça, ministros dos tribunais superiores e do TCU, procurador-geral da República, embaixadores, membros de tribunais de Contas estaduais e municipais e de tribunais regionais, juízes federais e integrantes do Ministério Público.

As autoridades manterão o foro por prerrogativa de função nos crimes de responsabilidade, aqueles cometidos em decorrência do exercício do cargo público, como os contra



Falta apenas um segundo turno de votação no Plenário para fim da análise da PEC que extingue prerrogativas por foro

o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais; a segurança interna do país; a probidade na administração; a lei orçamentária; o cumprimento das leis e das decisões judiciais, entre outros.

As três medidas provisórias que travam a pauta do Senado precisam ser votadas até o dia 29 de maio para não perderem a validade. Todas foram aprovadas na última semana pela Câmara dos Deputados com mudanças.

## Proteção ambiental

A MP 756/2016 altera os limites do Parque Nacional do Rio Novo, localizado nos municípios de Itaituba e Novo Progresso, ambos no Pará, e da Floresta Nacional do Jaman-

xim, no município de Novo Progresso (PA). Também cria a Área de Proteção Ambiental (APA) do Jamanxim. A MP estabelece ainda que as áreas rurais ocupadas e incidentes na área da APA poderão ser regularizadas, em conformidade com a legislação fundiária.

A MP 758/2016, por sua vez, altera os limites do Parque Nacional do Jamanxim e da Área de Proteção Ambiental (APA) do Tapajós para adequá-los à passagem da estrada de ferro EF-170, que liga o Centro-Oeste ao norte do Pará. Para a construção da ferrovia, serão excluídos 852 hectares do parque nacional para a faixa de domínio. O texto é polêmico e críticos da medida consideram que as mudanças fragilizam a

proteção ambiental na região, marcada por conflitos pela terra, com invasões de áreas indígenas e de conservação.

## Suframa

Já a MP 757/2016 cria duas taxas a serem pagas à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa). A Taxa de Controle de Incentivos Fiscais (TCIF) destina-se a custear o poder de polícia da Suframa no controle da importação de mercadorias estrangeiras e na expedição dos diversos registros necessários à operação das empresas incentivadas.

Já a Taxa de Serviços (TS) remunera a prestação de serviços pela autarquia. O texto veda o contingenciamento (bloqueio) dos recursos pro-

venientes da arrecadação dessas taxas, administrados pela Suframa.

## Comitês de transição

Além da PEC, outro item não sujeito ao trancamento da pauta é o projeto que estabelece a criação de comitês de transição de governo nas administrações públicas de todos os níveis (federal, estadual e municipal) a cada troca de chefe do Poder Executivo. O PLS 55/2017 Complementar acrescenta essa determinação à Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Do senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o projeto estabelece como obrigação do chefe do Executivo que está de saída a criação do comitê, que deve ter integrantes das áreas de gestão administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal e contar com pelo menos dois membros indicados pelo candidato eleito. Será dever do comitê apresentar ao novo governante a situação da gestão que termina.

Outros textos na pauta são a PEC 64/2016, que torna o estupro crime imprescritível; a PEC 77/2015, que cria uma prestação de contas simplificada para os pequenos municípios; a PEC 103/2015, que permite ao Congresso entrar em recesso no meio do ano mesmo sem aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e a PEC 2/2017, que impede a extinção dos tribunais de contas.



## Para Vanessa, é claro o crime de responsabilidade

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) pediu em Plenário, na sexta-feira, que o presidente Michel Temer renuncie diante da crise aberta pelas denúncias do empresário Joesley Batista. Segundo a senadora, está claro nos áudios divulgados que Temer cometeu crime de responsabilidade.

— Temer, renuncie ao mandato. Ficar na Presidência é o pior para o Brasil — disse.

Para ela, Temer cometeu crime de responsabilidade e crime contra o sistema financeiro.

— E agora tenta passar para a população que foi uma tempestade em copo d'água — criticou.

## Paim: suspensão de reformas é decisão acertada

O fato mais importante da quinta-feira não foi o discurso de Temer, e sim a retirada das reformas trabalhista e previdenciária da pauta do Congresso. A avaliação foi feita por Paulo Paim (PT-RS).

Paim elogiou a iniciativa do relator da reforma trabalhista (PLC 38/2017) nas Comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), de suspender a análise da proposta. Segundo Paim, os temas interessam a 200 milhões de brasileiros. Ele enfatizou que, quanto mais participa da CPI da Previdência, mais tem a certeza de que a Previdência não é deficitária.

— É questão de gestão, organização, fiscalização, combate a fraudes e de não permitir que o dinheiro seja destinado a outros fins.



## Cristovam: diálogo com empresário não foi decente

A atitude do presidente Michel Temer de receber o empresário Joesley Batista não foi inteligente nem decente, na opinião de Cristovam Buarque (PPS-DF).

— A política tem que mudar. Hoje toda relação é pública. Acabou a privacidade nas relações políticas, e isso é bom. O presidente parece que não entendeu isso. Precisamos retomar a decência, a inteligência e a credibilidade da política — afirmou.

O senador se referiu ao fato de Temer ter recebido Joesley no Palácio do Jaburu para tratar de assuntos sem vínculo com o interesse público.

## População deve cobrar eleições, diz Paulo Rocha

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu mudança na Constituição para permitir realização de novas eleições diretas. Ele ressaltou que as medidas são urgentes porque a economia “está em frangalhos”.

— A única salvação da pátria é o povo na rua exigindo democracia e eleições para escolha de um novo poder institucional, quer seja executivo, judiciário ou parlamentar.

O senador observou que é responsabilidade do Congresso apontar soluções para os problemas do país, mas lembrou que é missão da população escolher quem deve governar.



## Para Medeiros, é preciso haver pacto nacional

José Medeiros (PSD-MT) defendeu uma “grande concertação nacional” que envolva Judiciário, Legislativo, Executivo e Ministério Público.

Segundo ele, isso é necessário porque o país está “pendurado na soleira do abismo”.

Medeiros disse que, justamente no momento em que a economia tinha parado de cair, “um abalo sísmico de tamanho gigantesco” sacudiu o país, referindo-se à delação envolvendo Temer. Por isso, o senador afirmou que é preciso parar de discutir pessoas e começar a debater projetos.

## Randolfe pede renúncia do presidente

Para “evitar que o país continue sangrando, desgovernado e acéfalo”, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu que o presidente Michel Temer renuncie.

Segundo o senador, Temer não tem mais o apoio das ruas, da opinião pública, dos meios de comunicação e nem do mercado, porque não tem como garantir que concluirá as reformas.

— Não restam dúvidas de que o presidente cometeu crimes de corrupção ativa, organização criminosa, prevaricação e consentimento de informações oficiais e reservadas, para beneficiar terceiros.





# Senadores querem verba para pavimentar BR

Trecho de rodovia entre Mato Grosso e Rondônia precisa de asfaltamento para escoar uma das maiores produções agrícolas do país, aponta debate

SENADORES E ÓRGÃOS de infraestrutura e transportes defenderam, na sexta-feira, a pavimentação de trecho da BR-174 entre os estados de Mato Grosso e Rondônia. Em debate da Comissão de Infraestrutura (CI) em Juína (MT), eles afirmaram que a obra na rodovia vai ajudar a desenvolver a região e a escoar a produção agrícola de Mato Grosso pela Hidrovia do Rio Madeira.

Os senadores Valdir Raupp (PMDB-RO) e Wellington Fagundes (PR-MT), integrantes da comissão, comprometeram-se a lutar pela alocação de recursos no Orçamento da União para a pavimentação do trecho da BR que interliga os municípios de Vilhena (RO) a Juína.

O diretor de Programas de Transporte do Ministério dos Transportes, Paulo Sergio da Silva Souza, avaliou que o investimento na BR-174 pode ajudar a diminuir os custos logísticos para os produtores da região.

— Essa região tem potencial



Comissão de Infraestrutura foi até Juína, em Mato Grosso, ouvir autoridades federais, estaduais e municipais sobre a pavimentação de trecho da BR-174

incrível na agricultura — disse.

Halpher Rosa, diretor-executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), também assegurou que Mato Grosso é hoje uma prioridade do governo por se tratar de um estado central e por responder pela maior parte da produção agrícola do país.

— A rodovia concluída só vai fazer desenvolver a região.

## Orçamento

O senador Valdir Raupp disse que a região poderia estar mais desenvolvida hoje se a

rodovia já estivesse concluída. Ele defendeu a inclusão da obra da BR-174 e de outras rodovias no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

— O volume de carga, especialmente de soja, é muito grande entre Mato Grosso e Rondônia. Vamos buscar esses recursos no Orçamento. Acho que vou poder ajudar como relator setorial de Infraestrutura e Transportes — assegurou.

Os senadores disseram que as bancadas de Mato Grosso e de Rondônia têm trabalhado de forma conjunta para garantir recursos para o projeto.

— Mato Grosso precisa muito, assim como Rondônia, dessa rodovia para o escoamento da produção. Todos os estudos devem custar por volta de R\$ 17 milhões. Estamos trabalhando. Por isso, é importante o senador Raupp ser o relator setorial de Infraestrutura do Orçamento — disse Wellington.

O secretário de Infraestrutura e Logística de Mato Grosso, Marcelo Duarte, afirmou que o governo do estado trabalha no momento para obter todas as licenças necessárias para viabilizar o projeto e avaliou

que o custo total será de R\$ 700 milhões.

— Senador Valdir Raupp, pode preparar na Comissão [Mista] de Orçamento para colocar recursos para a BR-174 em 2018. Este ano temos o compromisso de entregar as licenças para que ano que vem fiquemos só na dependência de orçamento para realizar a obra — disse.

O prefeito de Juína, Altir Antônio Peruzzo, e a prefeita de Vilhena, Rosani Donadon, afirmaram que o asfaltamento da rodovia é uma reivindicação antiga da população local.

# Na Marcha dos Prefeitos, Eunício defende força dos municípios

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, participou na quarta-feira da 20ª Marcha dos Prefeitos, que teve como tema deste ano “Brasília em defesa dos municípios”.

Durante o encontro, Eunício defendeu que os municípios se fortaleçam cada vez mais para um maior equilíbrio federativo no país.

— Com municípios mais eficientes, o Brasil torna-se mais forte para enfrentar os desafios do presente e construir um novo futuro. Sabemos que é uma urgência ampliar a capacidade financeira dos municípios, aumentando as transferências e a capacidade tributária própria. O Congresso, na medida do possível, tem trabalhado arduamente para atender a essas necessidades.

O presidente do Senado informou aos prefeitos que atualmente há 67 proposições em tramitação que modificam o pacto federativo brasileiro em favor dos municípios.

— Como presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, reafirmo o meu empenho em fazer avançar uma nova relação federativa, fundada no fortalecimento dos municípios, na construção de uma agenda compartilhada e num fórum permanente de



Eunício garante que Congresso está atuando para atender pauta municipalista

negociação — afirmou.

Segundo o presidente do Senado, dialogar com os entes da Federação é a melhor maneira de identificar projetos e iniciativas que possam continuar beneficiando os municípios. Ele se comprometeu a identificar proposições que fazem parte da pauta municipalista e estão em discussão no Congresso.

— Verifiquei que, dentre os temas prioritários desta marcha, 19 deles estão em tramitação no Senado Federal. De imediato, solicitei à Mesa que fizesse um levantamento e uma avaliação de quais os estágios de tramitação em que eles se encontram.

Eunício apoiou a medida provisória para renegociar as

dívidas dos municípios com a Previdência, assinada pelo presidente Michel Temer durante a marcha (veja ao lado). Ele também se comprometeu a colocar na pauta de votações os vetos que constam da pauta apresentada pelos prefeitos.

— Diálogos sinceros e objetivos trazem como bagagem o amadurecimento tanto da sociedade civil quanto dos poderes públicos — garantiu.

O presidente do Senado disse ainda que o Brasil deve estabelecer políticas públicas comuns, capazes de serem aplicadas em todas as cidades, respeitando as particularidades e as diferenças do povo brasileiro.

Da Assessoria da Presidência do Senado

## MP das dívidas previdenciárias já está no Congresso Nacional

A Medida Provisória 778/2017, que prevê o parcelamento da dívida previdenciária dos estados e municípios, já está tramitando no Congresso Nacional. O texto foi assinado pelo presidente Michel Temer na terça-feira durante a abertura da 20ª Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios, a Marcha dos Prefeitos.

A MP autoriza o parcelamento em 200 meses das dívidas junto à Receita Federal e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) vencidas até 30 de abril deste ano.

### Condições

A adesão deverá ser feita até 31 de julho e a renegociação abrange débitos ainda não notificados pela Receita e a PGFN, inscritos ou não na Dívida Ativa da União, com execução já ajuizada ou oriundos de renegociações passadas, e as multas pela não apresentação de documentos fiscais. A aceitação do parcelamento suspenderá a cobrança de débitos

parcelados anteriormente.

O pagamento do débito será feito em duas etapas. Primeiro, haverá uma entrada de 2,4% do total da dívida, sem reduções, em seis parcelas iguais, entre julho e dezembro. A não quitação dessa etapa implica rescisão do contrato.

Na segunda etapa, que começa em janeiro de 2018, a dívida restante poderá ser parcelada em 194 vezes e os estados e municípios poderão escolher o valor da parcela entre o estoque do débito, excluída a entrada de 2,4%, dividido por 194, ou 1% da receita corrente líquida mensal (RCL), o que for menor. O valor dessas prestações será descontado dos repasses, feitos pela União, referentes aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM).

Depois de passar por uma comissão mista de deputados e senadores, a MP 778 seguirá para votação nos Plenários da Câmara dos Deputados e do Senado.

Da Agência Câmara